

Número	Nome	Colocação	Serviços origem
345	José António Magalhães Lima	Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa.
347	Patrícia Alexandra Cruz Batista	Lisboa	Maternidade de Alfredo da Costa.
348	Carla Cristina Marques Morgado	Lisboa	Instituto Politécnico de Lisboa.
350	Ana Paula Silva Sousa Medeiros	Ponta Delgada	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
351	Corina Maria Oliveira Figueiredo	Lisboa	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
352	José Almerindo Barradas Catalino	Lisboa	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
353	Maria Margarida Barros Vicente Miguel	Lisboa	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
354	Rute Isabel Ribeiro Nogueira	Lisboa	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.
355	Ana Elisabete Barbosa Albuquerque	Lisboa	Ministério da Justiça.

Candidatos com a qualidade de agentes administrativos

Número	Nome	Colocação	Serviços origem
33	Paula Cristina Jacinto Serra Leitão	Coimbra	ISCA — Coimbra.
40	Noémia Augusta R. Gonçalves Luís Ferreira	Aveiro	Prof. Ministério da Educação.
57	Sandro Filipe Moreira Silva Amaro	Coimbra	ISCA — Coimbra.
72	Rui Teotónio Rolo Domingues	Coimbra	ISCA — Coimbra.
82	Cláudia Patrícia M. N. A. Ribeiro Silva	Coimbra	ISCA — Coimbra.
95	Catarina Dulce Bastos Neves	Coimbra	ISG — Leiria.
99	Ana Isabel Baltazar Cruz	Castelo Branco	Instituto Politécnico de Castelo Branco.
120	Jorge Alexandre P.S. Vales Almeida	Serviços Centrais	Instituto Politécnico de Lisboa.
242	Susana Maria Barros Cunha Sousa	Vila Real	Instituto Politécnico do Porto.
251	Sílvia Jesus Pereira Carrilho	Portalegre	Instituto Politécnico do Porto.
303	Maria Alexandra Nunes Guerreiro	Setúbal	Instituto Politécnico de Beja.
311	Manuela Lopes S. Carvalhais Mergulhão Pinto	Lisboa	Instituto Politécnico de Beja.
346	Maribel Marques Ferreira	Lisboa	DGR — Notariado.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 12 872/2006

Por despacho do director-geral de 20 de Novembro de 2006, José Alexandre Aleixo Ramalho, inspector tributário principal, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de director de finanças de Beja, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 15 de Agosto de 2006, cessando, na mesma data, o exercício de funções em regime de substituição no cargo de chefe de divisão na Inspeção Tributária da mesma Direcção de Finanças. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Aviso n.º 12 873/2006

Procedimento concursal para provimento de cargo de director de serviços de Recrutamento Militar da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e por despacho de 15 de Maio de 2006 do director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, faz-se público que a DGPRM pretende proceder à abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de director de serviços de Recrutamento Militar nos termos seguintes.

2 — Área de actuação do cargo a prover — compete ao director de serviços de Recrutamento Militar, para além do exercício das funções definidas para o cargo constantes do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro.

3 — Requisitos formais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada, a saber:

a) Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

b) Ser detentor de seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido:

a) Licenciatura, preferencial em Ciências Militares.

5 — Composição do júri — o júri do procedimento concursal tem a seguinte composição:

Dr. Alberto Rodrigues Coelho, director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar, que preside.

Dr. Bernardo Calheiros, director do Departamento de Relações Bilaterais da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional.

Doutor Luís António Vicente Baptista, professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

6 — Métodos de selecção:

Avaliação curricular;
Entrevista pública.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, entregue pessoalmente durante as horas normais de funcionamento de expediente, sala 409, Avenida da Ilha da Madeira, 1, 4.º, 1400-204 Lisboa, ou remetido por correio, em carta registada com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicitação da vaga na bolsa de emprego público.

8 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
b) Cópia do certificado de habilitações literárias;
c) Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* considerados adequados pelos candidatos.

10 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.